

Uma perspectiva de classe sobre a “questão das mulheres”

Link:

<https://www.leftcom.org/en/articles/2019-04-08/a-class-perspective-on-the-women-question>

1. Os termos gerais da "questão das mulheres

As questões enfrentadas pelas mulheres reapareceram com urgência nos últimos anos, desde o número terrível de mulheres mortas por seus parceiros até o flagelo das diferenças salariais e do assédio no trabalho.

Surgiram evidências claras de que a igualdade de gênero - tão frequentemente alardeada por vários políticos como o objetivo da intervenção política pública em países "democráticos" sob condições de capitalismo avançado - é uma miragem cuja realização ainda está a cem anos de distância (de acordo com estudos que analisam a taxa atual da diferença de igualdade entre homens e mulheres em todo o mundo)¹.

Como a ideologia dominante de cada época histórica é a da classe dominante, esses estudos - que atestam o impacto da desigualdade de gênero - não diferenciam de forma alguma a situação das mulheres que pertencem à classe dominante das mulheres da classe trabalhadora e daquelas que vivem em condições semelhantes às do proletariado. São essas mulheres que têm uma associação muito próxima com a pobreza, tanto que o termo **feminização da pobreza** foi cunhado pelas ciências sociais para descrever o fenômeno pelo qual a maioria dos pobres do planeta são mulheres.

Essa situação marca a enorme diferença que separa as mulheres exploradas das classes mais baixas (proletárias) das mulheres da burguesia que, por exemplo, podem se dar ao luxo de repassar o trabalho doméstico a terceiros e pagar por ele com porções de mais-valia extraídas da classe trabalhadora, apropriadas por meio do exercício de uma ocupação burguesa ou simplesmente em virtude de pertencerem a uma família burguesa.

¹ Estudos relatados pela BBC em: [bbc.co.uk](https://www.bbc.co.uk)

Os porta-vozes democráticos da classe dominante e as feministas radicais (ou não tão radicais) não consideram a irracionalidade inerente à realidade da posição econômica subordinada das mulheres nas sociedades capitalistas avançadas (mesmo quando o Estado estabelece *a igualdade formal* das mulheres perante a lei) e reclamam da perda em termos econômicos que a participação limitada das mulheres na vida da nação representa. O que eles esquecem é que o capitalismo é um modo de produção anárquico no qual é impossível uma atividade econômica que atenda às necessidades reais da sociedade: o capitalismo se baseia na produção voltada exclusivamente para a realização do valor de troca da mercadoria e da mais-valia nela contida, em suma: o lucro. Em uma sociedade desse tipo, qualquer planejamento público dirigido pela burguesia, que tente integrar as mulheres da mesma forma que os homens, a fim de promover o bem dessa sociedade, é uma fantasia que só pode surgir na mente de um social-democrata e/ou de uma feminista. De fato, as feministas geralmente estão inclinadas a formular programas cuja implementação real exigiria principalmente a derrubada da sociedade capitalista. Independentemente desse fato, elas continuam acreditando que seus programas são possíveis na sociedade atual. Hipóteses desse tipo só podem ser consideradas se não levarem em conta a enorme vantagem que a burguesia, incluindo seu componente feminino, tira da condição subordinada das mulheres da classe trabalhadora em relação à única coisa que realmente interessa à própria burguesia: lucro máximo e acumulação de capital. Muitos democratas admitem que a sociedade, como um todo, é prejudicada pela exclusão e subordinação das mulheres em seus vários ramos. No entanto, eles se calam sobre o fato de que essa é uma sociedade dividida em classes sociais com interesses antagônicos. Afirmar que a sociedade atual vê seu PIB potencial diminuindo devido à "questão feminina" equivale apenas a dizer que o desemprego e a subutilização das plantas industriais deprimem o crescimento, mas todos esses casos são fenômenos determinados pelo *modus operandi* do capitalismo e são acentuados pelo desdobramento de sua crise insolúvel.

2. Mulheres proletárias

Historicamente, o capitalismo arrancou as mulheres da classe trabalhadora da base estreita das unidades econômicas familiares da era feudal (sem falar em outras formações de classe anteriores) e as jogou nas garras do mercado de trabalho. A venda da mão de obra feminina em troca de um salário também ocorreu de forma

particularmente vantajosa para o capitalismo, em condições que permitiram aos patrões tirar proveito da força de trabalho feminina, especialmente no que diz respeito às mulheres casadas, que muitas vezes formaram um exército industrial de reserva (ou seja, uma força de trabalho de baixo custo a ser usada com o máximo de flexibilidade).

Isso foi possível devido à posição tradicionalmente ocupada pelas mulheres na família, o que fez com que elas fossem colocadas em segundo lugar em relação ao cônjuge ou parceiro masculino no mercado de trabalho. Isso permitiu que os patrões pagassem às trabalhadoras um salário menor do que o valor real de sua força de trabalho. Após a revolução industrial, as mulheres foram empregadas em *massa* nas indústrias, juntamente com as crianças, o que contribuiu para reduzir o preço geral da força de trabalho. Isso criou uma situação tão terrível do ponto de vista social e de saúde que a burguesia, impulsionada pelas lutas dos trabalhadores, foi forçada a se proteger e regulamentar a exploração do trabalho feminino e infantil para garantir a existência de sucessivas gerações de proletários.

Além disso, o trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres na família, embora não produza valor, ainda assim é adequado ao capitalismo, pois libera o restante da família desse fardo e reduz o custo do salário de um homem, caso a despesa de pagar por uma ajuda contratada permanente seja considerada necessária para reproduzir sua própria força de trabalho. A desvantagem que o proletariado feminino deriva de sua função na família é comprovada, entre outras coisas, por estudos que relatam que os homens homossexuais e bissexuais recebem, em média, menos do que seus irmãos de classe heterossexuais, enquanto essa relação se inverte na comparação entre mulheres heterossexuais e mulheres lésbicas que vivem em um relacionamento de casal², devido ao arranjo familiar diferente no primeiro caso e à menor probabilidade de ter filhos no segundo. Deve-se dizer que esses dados são, pelo menos em parte, obscurecidos pela inclusão de mulheres autônomas e trabalhadoras/gerentes, bem como pela não inclusão de mulheres gays que estão desempregadas³. No entanto, o histórico dos dados não muda: se você for casado e tiver filhos, provavelmente receberá menos pelo mesmo trabalho. Nos períodos que se seguiram à revolução industrial, e especialmente nos últimos 60 anos, a participação em massa das mulheres no mercado de trabalho também

² qz.com

³ d.repubblica.it

foi condicionada por esse contexto econômico. As mulheres casadas, especialmente, tiveram uma inclusão limitada em fases de expansão geral e salários relativamente altos⁴, mas seu número disparou em fases como a que estamos vivendo desde o início da década de 1970, em que a taxa de lucro é menor e um único salário não é mais suficiente para sustentar a família. Naturalmente, não estamos defendendo a ideia reacionária de invocar o retorno das mulheres ao lar; aqui estamos simplesmente apontando que os fatos mostram que o capitalismo certamente não viu a entrada em massa da força de trabalho feminina no mercado de trabalho para sua emancipação, mas sim, como sempre, para a maximização do lucro. De fato, assim como a força de trabalho imigrante, a força de trabalho feminina é menos bem paga e é usada pelos empregadores para reduzir o custo da mão de obra como um todo.

Trabalho doméstico gratuito realizado no seio da família, discriminação no local de trabalho, assédio sexual, violência de gênero, cortes nos serviços sociais para crianças, deficientes e mulheres em dificuldade: essa é a realidade que as trabalhadoras e as mulheres marginalizadas devem enfrentar todos os dias; sem mencionar a violência, incluindo práticas que violam a integridade física e mental da mulher, e a discriminação aberta que as mulheres sofrem nos chamados países em desenvolvimento. No entanto, as condições às quais o proletariado feminino está sujeito nos países capitalistas avançados ilustram de forma impressionante o aspecto estrutural dessa questão, em que a emancipação da mulher não é alcançável dentro da estrutura de direitos reconhecidos pelo Estado burguês em sua forma democrática.

3. Assédio e mercantilização de corpos

Conforme destacado até mesmo pela mídia, uma em cada três mulheres entre 16 e 70 anos relatou ter sido vítima de alguma forma de violência física ou sexual - desde o "simples" assédio mais comum até o abuso sexual mais brutal. O escândalo do "assédio e abuso sexual no mundo do entretenimento", ao qual a mídia (desejosa de conteúdo obscuro) dedicou amplo espaço, revelou, como se já não soubéssemos, a onipresença desse fenômeno nos círculos burgueses, bem como a hipocrisia daqueles que tentam limpar sua imagem pagando em dinheiro no contexto de uma típica operação de relações públicas, tão comum ao belo mundo burguês. Em certos círculos ditos de

⁴ ourworldindata.org

esquerda - abertamente ao lado da classe dominante - a violência e o assédio de gênero passam por um reflexo machista patológico de alguns homens proletários, que se sentem ameaçados pela perda de sua supremacia doméstica e pela "ascensão" de suas parceiras, e pela perda de suas funções de chefe de família... Esses "esquerdistas" silenciam sobre as condições de degradação social em que essas tragédias são frequentemente realizadas.

Na verdade, apesar da integração parcial do proletariado feminino no mercado de trabalho e das mudanças nos costumes sexuais e no direito de família nas metrópoles capitalistas, os preconceitos sexistas ainda estão disseminados entre os homens de todas as classes sociais - e até mesmo entre as mulheres - e o desejo de controle sobre as escolhas das mulheres, emocionais ou não, muitas vezes leva à mentalidade de que as mulheres são um mero objeto de propriedade, um objeto de mercadoria usado para fins publicitários ou até mesmo por alguns homens *para uso na satisfação pessoal de sua própria libido*. Entretanto, essa situação não é, de forma alguma, o resultado de uma doença social inata ou de uma degeneração cultural, mas a consequência natural da inferioridade social a que o capitalismo obriga as mulheres e, em particular, as mulheres da classe trabalhadora e de grupos sociais relacionados. Essa subordinação é agravada em um nível supraestrutural - mas, nesse caso, os efeitos sobre a estrutura e o grau de exploração do proletariado feminino não podem ser ignorados - pelo uso e pela propagação na mídia de imagens degradantes da figura feminina, que muitas vezes reforçam essas mentalidades seculares preexistentes e as exploram sem o menor escrúpulo "social". Isso é feito às custas de conversas sobre o chamado capitalismo responsável. Se a lógica do lucro exige a mercantilização do corpo feminino para ocupar uma fatia do mercado ou colocar um anúncio, por que abrir mão disso? É apenas um fato, e isso se aplica a qualquer empresa, obedecendo às leis de valorização do capital.

A proliferação de despesas capitalisticamente improdutivas em termos de produção de mais-valia (como a publicidade ou a distribuição de conteúdo multimídia) é típica do capitalismo em sua fase imperialista e causa uma praga que já é endêmica, provando que o capitalismo e a divisão da sociedade em classes são o verdadeiro ponto crucial do problema. É claro que, para cobrir alguns setores do mercado, a mídia também apresenta questões com a participação feminista, o que, no entanto, não tem um grande efeito na melhoria das condições reais de existência do proletariado feminino e dos

grupos sociais relacionados, além de ser de eficácia muito duvidosa para as ambições das mulheres burguesas, muitas das quais também permaneceram presas nos mesmos mecanismos esqualidos que mencionamos acima para poderem "fazer carreira" (basta ver os escândalos recentes em Hollywood). Entretanto, mesmo os comentaristas sobre "a coisa de Hollywood" não puderam deixar de notar como esse ambiente - produto de uma reação para branquear o escândalo - era profundamente sexista e não apenas nas representações da mídia. A mesma dinâmica é demonstrada no fato de que os papéis mais desejados são atribuídos, em sua maioria, a atrizes jovens e bonitas. Além disso, em um mundo baseado na exploração e opressão do trabalho assalariado, não é de surpreender que as formas de domínio herdadas dos modos de produção anteriores sejam incorporadas ao mundo burguês e, devido à posição subordinada ocupada pelas mulheres na família, as mulheres da classe trabalhadora são penalizadas no mercado de trabalho por suas funções reprodutivas e de cuidado, em comparação com seus irmãos de classe. A consequência superestrutural da desigualdade substancial entre homens e mulheres é encontrada em todas as classes (com o corpo da mulher sendo mais mercantilizado do que o do homem, é claro), mas essas consequências são levadas ainda mais longe em termos literalmente capitalistas, por meio do mercado de fertilização in vitro e do aluguel de úteros, e retratadas como uma ferramenta de prazer ou um objeto cuja principal qualidade é a beleza. Isso pode ser visto em todos os meios de comunicação, os criadores de um terreno fértil para o sexismo e é funcional para o capitalismo, onde as mulheres proletárias muitas vezes se encontram em uma reserva de força de trabalho mal remunerada, muitas vezes forçadas a funções involuntárias de meio período. A mídia, sem surpresa, não tem falado muito sobre a violência e o assédio enfrentados pelas trabalhadoras que, à mercê e à chantagem do patrão, não podem levantar a voz se quiserem manter a escravidão salarial. As inúmeras humilhações sexistas que as mulheres da classe trabalhadora enfrentam no local de trabalho (semelhantes àquelas sofridas pelas mulheres burguesas e pequeno-burguesas, embora elas tenham os meios de se defender recorrendo à justiça burguesa) incluem - mas não se limitam a - demissões diretas, assédio sexual e exigências de favores sexuais em troca de progresso na carreira.

4. Uma questão emergencial a ser resolvida com repressão

Quase todos os dias somos bombardeados com notícias de violência de gênero e feminicídio, mas as únicas soluções postas em prática (e muitas vezes sem muita convicção) pela burguesia em todos os países são o endurecimento das penas de prisão a serem impostas àqueles que cometem tais crimes, deixando de fora qualquer forma de apoio às vítimas, que é considerado muito caro em uma fase de desmantelamento do "bem-estar", que foi vítima da austeridade capitalista. E, dado o estado atual da lei burguesa e a crença na responsabilidade individual, há pouco espaço para tratar o infrator como algo além de um desviante, com pouca esperança de reabilitação. Diante de um quadro tão deprimente, não é de surpreender que um número substancial de mulheres tenha se unido a movimentos para levantar demandas e combater a violência baseada em gênero e o sexismo desenfreado.

5. Cortes na previdência e gastos econômicos

A gestão das finanças do Estado está em perfeita harmonia com a natureza de classe do Estado burguês. Enquanto o Estado executa uma política de terra arrasada em torno dos centros antiviolência e outras associações que prestam assistência a mulheres vítimas de abuso (locais que não conseguem nem mesmo obter os poucos fundos alocados no orçamento pelas autoridades locais e pelo Estado central⁵), ele está aumentando os fundos orçamentários direcionados às suas empresas militares imperialistas e à repressão interna. As várias reformas no trabalho, nas aposentadorias e nas escolas, juntamente com as intervenções em favor da reestruturação dos setores industriais em crise e do resgate do sistema bancário, deveriam ter deixado claro há muito tempo para qualquer suposto revolucionário que os espaços para mediação dentro das instituições burguesas estão agora próximos de zero e que o reformismo ficou sem tempo. A questão da violência baseada em gênero, conforme observado pelas próprias associações, certamente não é uma prioridade governamental⁶. Os governos podem, no entanto, ter interesse em proteger a família como um amortecedor social diante do temido ressurgimento da luta de classes, sem mencionar as vantagens para o capitalismo de poder contar com uma força de trabalho constantemente mal remunerada (como as mulheres), cujos baixos salários estão intimamente ligados ao seu papel familiar.

⁵ lanotiziagiornale.it

⁶ fanpage.it

6. Diferentes pontos de vista sobre a questão das mulheres

O feminismo democrático⁷, em suas várias formas, sempre optou, em momentos críticos, por tomar partido da classe dominante, apesar de falar em ideais emancipatórios. As mulheres da classe trabalhadora, por outro lado, conseguiram desempenhar um papel decisivo na luta de classes sempre que o proletariado tentou uma ação revolucionária. Essa é a prova do inegável contraste entre a natureza social do feminismo e a luta de classes do proletariado. Os casos são inúmeros: desde a Comuna de Paris até as Revoluções Russas de fevereiro e outubro de 1917, para citar apenas os casos mais conhecidos. Em todos esses casos, foram as mulheres proletárias, juntamente com as de setores sociais afins e as desertoras originárias da classe dominante, que participaram do movimento de classe como membros conscientes da classe dominada, politizando o antagonismo social objetivo entre a burguesia e o proletariado e desafiando a dominação que a burguesia impõe ao restante da sociedade para organizá-la de acordo com seus interesses de classe. Em particular, o proletariado feminino desempenhou um papel decisivo no alvorecer da Revolução de Fevereiro (que começou em 8 de março), confraternizando com os soldados das forças armadas czaristas e protestando contra a escassez de alimentos e a guerra que lhes causava⁸.

Esses resultados foram alcançados pelo proletariado feminino que lutou ao lado de seus irmãos de classe e, certamente, não se isolou ou fez suas próprias reivindicações particularistas que entraram em conflito com o movimento geral da classe. Entretanto, durante os massacres imperialistas da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, as feministas, como mencionado acima, colaboraram ativamente com suas respectivas burguesias em troca de promessas que comprometiam os governos a eliminar parte da discriminação legal e política que relegava as mulheres ao status de cidadãos de segunda classe. É precisamente nesse ponto que se mede a distância entre as batalhas do feminismo democrático e as do proletariado revolucionário: o feminismo, tanto em sua forma institucional quanto na forma radical-reformista, depois de ter obtido a igualdade perante a lei nos países da metrópole capitalista, está agora lutando para que, graças às mudanças implementadas na lei pelo Estado, sejam eliminadas as barreiras sociais que impedem cada mulher de progredir de acordo com os cânones burgueses de progressão

⁷ Faremos uma análise crítica mais detalhada e contextualizada das principais abordagens feministas radicais e de seus limites políticos fundamentais em trabalhos futuros já em andamento.

⁸ Para saber mais sobre isso, consulte leftcom.org

na carreira e de receber um "salário justo". O proletariado, em vez disso, tem como objetivo histórico a emancipação da humanidade da exploração por meio da abolição do trabalho assalariado e da socialização dos meios de produção, uma premissa indispensável para a eliminação de todas as formas de opressão e discriminação de gênero, bem como de discriminação nacional e étnica.

Além disso, está claro que o ideal da mulher de carreira desejado pelo feminismo institucional exclui a solidariedade de classe mais básica no terreno das demandas, sacrificando-a no altar do sucesso profissional, e leva, como nos casos apresentados como modelo pelo movimento feminista, à ascensão a papéis proeminentes na sociedade burguesa, que se equiparam em todos os aspectos aos alpinistas sociais em questão no restante da classe burguesa. Naturalmente, ouviremos as objeções levantadas por algumas feministas que aderem ao feminismo interseccional⁹ que, em vez disso, afirmam ter reconhecido a questão da luta de classes e das estratificações sociais dentro do gênero feminino e das orientações sexuais e de gênero socialmente discriminadas. Essas são algumas das franjas do movimento feminista que chamamos de reformistas radicais. Esse feminismo é radical-reformista porque herda do feminismo tradicional uma concepção puramente individualista das relações sociais e suas reivindicações (como as do feminismo institucional) se resumem, no final das contas, a pedidos de intervenção dirigidos ao estado capitalista, a serem realizados dentro de sua estrutura e compatíveis com ela.

Para o feminismo radical-reformista, a dominação de classe que recai sobre o proletariado e o caracteriza como uma classe oprimida se transforma em uma opressão que afeta a mulher individual em sua dupla identidade como mulher e proletária ou em uma identidade discordante para os homens, pelo menos para os pressupostos ideológicos do feminismo, de homem e proletário. Se a dominação de classe for

⁹ A teoria da interseccionalidade é uma teoria popular entre os acadêmicos das universidades americanas e adotada pelas feministas mais radicais, inclinadas a adotar a linguagem de classe que aparentemente está atenta à luta de classes. Como teoria, ela se encaixa perfeitamente na política de identidade que tem sido tão bem-sucedida entre a esquerda reformista e radical-reformista do mundo ocidental, pois postula a coexistência e a interseção de diferentes formas de opressão relacionadas à identidade da pessoa oprimida: a ênfase está na identidade subjetiva da pessoa oprimida e em suas vulnerabilidades, muitas vezes identificadas de acordo com os critérios das ciências sociais ensinadas nas universidades, sem qualquer referência formal ao marxismo. O elemento central da opressão para nós, ao contrário, é o capitalismo e, em oposição a ele, o potencial revolucionário do proletariado como classe social. Para o feminismo interseccional, o que elas chamam de patriarcado (discriminação social contra mulheres de todas as classes sociais) e capitalismo são duas variáveis interdependentes, e o primeiro não é uma variável dependente do segundo e de outras sociedades divididas em classes.

reduzida a uma questão de desvalorização da pessoa em sua individualidade, então a passagem da enunciação de slogans anticapitalistas para a aceitação das regras do jogo do sistema - que é inerente à fundação de um grupo de pressão para o progresso de uma categoria do ponto de vista legal - é muito curta. Há uma boa razão para que a lei, um instrumento da classe dominante para perpetuar sua dominação, tenha, em seu núcleo, o indivíduo isolado, que precisa ser reconhecido como igual a outros indivíduos. O feminismo inspirado pela teoria da interseccionalidade, portanto, encontra na democracia burguesa um solo fértil no qual se ancorar, apesar de seus slogans radicais.

7. As mulheres na luta de classes e na revolução

O feminismo radical-reformista admite, ao contrário do feminismo convencional, o uso de meios de pressão de classe, como a greve, mas suas concepções da luta de classes não vão além do nível da classe "em si". Em sua tentativa de se pintar de vermelho, muitas vezes flertou com o sindicalismo de base e exaltou as disputas isoladas animadas pelo reformismo radical dos sindicatos como o *non plus ultra* da luta de classes. Embora o sindicalismo de base não esteja tão diretamente comprometido com a classe dominante quanto os sindicatos tradicionais, ele ainda se baseia na negociação entre capital e trabalho e, portanto, precisa se legitimar perante o empregador para continuar como uma organização permanente que co-gerencia e contrata o preço da venda da força de trabalho. Devido às limitações inerentes ao sindicalismo, que levam os vários sindicatos de base a aprisionar as lutas por reivindicações em rígidas barreiras seccionais, o reconhecimento pelo feminismo radical-reformista da luta por reivindicações, dominada pelos sindicatos de base, não lhe confere credenciais marxistas ou, como seria de se esperar, nem mesmo a simples adesão ao campo proletário. Assim como o feminismo radical-reformista sofre do vício original de ter nascido como um movimento entre classes, o sindicalismo de base é limitado por sua natureza de organização permanente para a venda contratada da força de trabalho, o que prolonga sua existência além do esgotamento de uma demanda ou de uma série de disputas, excluindo o desenvolvimento de lutas em nível político. A aliança ou a solidariedade entre os dois movimentos, cujas concepções políticas não ultrapassam o horizonte do reformismo, não pode, portanto, resolver seus respectivos problemas: ao contrário do que acontece na matemática, dois negativos não formam um positivo.

De nossa parte, sempre sustentamos que a melhor maneira de o proletariado se defender durante as lutas por demandas é por meio da auto-organização fora dos sindicatos e, se necessário, contra eles. O próprio proletariado demonstrou a validade dessas formas de conduzir a luta, travando uma luta mais radical sempre que conseguiu criar comitês de greve e de auto-organização independentes dos sindicatos. Nas áreas de serviços pessoais, onde o proletariado feminino é mais representado do que o masculino, a auto-organização e a formação de conexões com os usuários dos serviços são fatores inevitáveis para evitar ser crucificado pelas campanhas de difamação conduzidas pela mídia burguesa. É mais fácil falar do que fazer, dado o incômodo que os usuários experimentam em caso de agitação, mas ainda é um passo indispensável e certamente possível à luz das dificuldades que os próprios usuários finais de origem proletária e pequeno-burguesa estão enfrentando com os cortes progressivos no bem-estar. Solidarizar-se com fragmentos de usuários politizados ou politizantes arruinaria o plano de culpar e isolar os grevistas que a mídia burguesa encena nessas situações. Mas tudo isso ainda não seria suficiente.

A luta por reivindicações e a luta política são qualitativamente, e não quantitativamente, diferentes, precisamente porque a luta por reivindicações permanece vinculada a circunstâncias contingentes e à necessidade de resistir aos ataques dos empregadores contra as condições de vida do proletariado e/ou de mitigar a taxa de exploração. O órgão por meio do qual o proletariado exerce seu poder político durante e após a revolução é o soviete, ou conselho, compartilhando com os comitês de greve apenas a democracia e a revogabilidade das posições que distinguem ambas as formas. Para que a demanda econômica vá além e se torne uma luta política, é fundamental a intervenção do partido como uma vanguarda enraizada na classe e capaz de apoiar a ação espontânea da classe, com sua herança de lições aprendidas em episódios passados da luta de classes e alertando a classe sobre as estratégias implementadas pela classe dominante para preservar seus privilégios. Um exemplo marcante da importância vital do partido é a experiência da revolução alemã de 1918-19: devido à ausência de um partido forte construído a tempo, a classe dominante conseguiu fazer com que o congresso soviético votasse ou aconselhasse a transferência de poderes para a assembleia constituinte! O exemplo alemão mostra como o nascimento dos sovietes é uma condição necessária, mas não suficiente, para colocar o problema do poder político e desafiar a burguesia em seu próprio terreno. No caso de os sovietes serem

politicamente dominados por partidos burgueses de esquerda que vinculam os interesses da burguesia e do proletariado, convencendo-os do caminho pacífico e parlamentar para o socialismo, talvez por meio de uma coexistência impossível - a menos que os conselhos sejam esvaziados e reduzidos a meras organizações sindicais - entre os soviets e o parlamento¹⁰.

8. A alternativa comunista

Apesar da gravidade da crise e dos ventos imperialistas de guerra, que agora se tornam cada vez mais insistentes, uma reação proletária à altura da enorme crise do capitalismo e dos ataques incessantes da burguesia continua ausente. O proletariado feminino deve escapar da armadilha do feminismo e lutar ao lado de seus irmãos de classe em defesa de suas condições de vida, além do particularismo, aderindo com o resto do proletariado ao programa revolucionário comunista, ao programa do partido de classe localizado em nível político como alternativa a esse sistema. A menos que isso aconteça, não poderá haver uma sociedade verdadeiramente igualitária, na qual a exploração do trabalho assalariado, as guerras e a opressão de gênero, juntamente com outras formas de opressão impostas às classes sociais pela burguesia em sua estratégia de dividir para reinar, tornem-se apenas uma lembrança distante para ser estudada nos livros de história. Vamos deixar claro: o comunismo que invocamos é o comunismo no sentido marxista de um movimento real que abole o estado de coisas existente, e não tem nada em comum com a mistificação erguida pela URSS após a contrarrevolução stalinista e os países do Leste Europeu, bem como todos os outros supostos socialismos reais - incluindo os casos chinês e cubano - que fazem passar o capitalismo de estado por socialismo.

O comunismo, como sistema social, pressupõe a abolição da lei do valor. Ao abolir a lei do valor e transformar o trabalho indiretamente social e alienado inerente ao capitalismo em um trabalho que seja diretamente social e que atenda às necessidades humanas, a própria base da organização do serviço doméstico será transformada e o cuidado e a educação das crianças serão socializados. Isso, obviamente, não significa separá-las dos pais e entes queridos, mas sim educá-las em locais integrados ao tecido social, dando-lhes uma educação adequada para atender a todas as suas necessidades sociais e

¹⁰ Para saber mais sobre a Revolução Alemã, consulte leftcom.org

individuais para seu crescimento e desenvolvimento. Dessa forma, as mulheres serão finalmente emancipadas da opressão do serviço doméstico privado. Na sociedade capitalista atual, o trabalho doméstico da mulher trabalhadora como parte da família é atomizado e desconsiderado como parte de seu papel social na organização privada da família. Apesar dos enormes serviços prestados à sociedade capitalista na contribuição para a reprodução da força de trabalho e para a educação das novas gerações de proletários, o trabalho doméstico parece, de fato, improdutivo de valor e, além disso, não é remunerado e nem mesmo passível de apropriação pelo capital na medida em que é realizado na família. A nova organização da família e da educação das novas gerações será assumida pela sociedade, sem ter que se deparar com limites de compatibilidade com o sistema capitalista que revelaram repetidamente, com os incessantes cortes no bem-estar, a absoluta falsidade de uma "democratização" social dentro do capitalismo.

A própria Revolução Russa, embora não tenha podido contornar o horizonte social capitalista em um país isolado e capitalisticamente atrasado, renunciou a futura resolução da questão de gênero ao experimentar a coletivização e o fornecimento gratuito de serviços domésticos, introduzindo, como suas primeiras intervenções e, muitas vezes, pela primeira vez no mundo: igualdade de salários, creches e assistência médica gratuita, o direito ao aborto e ao divórcio. Intervenções mínimas, se preferir, mas que o próprio capitalismo não consegue garantir. A Revolução Russa, antes de sua degeneração, tentou romper a organização capitalista da família em uma sociedade que ainda permanecia capitalista. Lá, o instrumento de dominação e exploração burguesa, o Estado, foi quebrado, abrindo assim o único caminho possível para a emancipação efetiva das mulheres e a libertação da humanidade do trabalho assalariado e do capital, por meio da conquista dos meios de produção e distribuição por parte do proletariado e das classes afins. Em suma, **não podemos falar de revolução proletária e comunista se ela não expressar tanto a emancipação do proletariado da exploração de classe quanto, na mesma base, a emancipação das mulheres da opressão de gênero.**

Estamos convencidos de que todas as outras propostas políticas para a emancipação das mulheres, propostas que podem parecer realistas devido à sua compatibilidade com o sistema, são, na realidade, utópicas e falidas.

Os internacionalistas da Battaglia Comunista
Afiliada na Itália da Tendência Comunista Internacionalista
7 de março de 2019